

1 **MINUTA DA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**
2 **INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTINS DO COMITÊ DA BACIA DO ALTO**
3 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

- 4 1. Abertura;
5 2. Aprovação da Ata da reunião anterior;
6 3. Apresentação e discussão sobre os resultados do automonitoramento e do
7 balanço hídrico das microbacias críticas (Arroio do Andrade, Arroio Gleba da
8 Ordem e Córrego sem nome, afluente do Rio Passaúna);
9 4. Discussão sobre a solicitação encaminhada por indústrias de Araucária, para
10 revisão de critérios e do reenquadramento estabelecido para a sub-bacia do
11 Córrego sem Nome, afluente do Rio Passaúna;
12 5. Discussão sobre a solicitação encaminhada pela Sanepar, para o
13 reenquadramento do trecho do Rio Abaixo, para lançamento do efluente da
14 futura ETE do município de Rio Branco do Sul;
15 6. Apresentação da ferramenta e metodologia para acompanhamento e
16 implementação do Plano das Bacias Hidrográficas do Alto Iguaçu e Afluentes
17 do Alto Ribeira;
18 7. Encerramento.

19 Aos doze dias do mês de maio de 2020, às 8h30min, por meio de por meio de
20 webconferência utilizando a plataforma *Skype* com acesso pelo link em: <
21 <https://join.skype.com/DVTt1rhwnvsp> >, formalizada por meio de gravação, iniciou-se
22 a 5ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTINS, do
23 Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira - COALIAR, reunindo
24 os membros INGRID ILLICH MÜLLER, coordenadora da CTINS, da Associação
25 Brasileira de Recursos Hídricos – ABR-Hidro; BRUNO TONEL OTSUKA, secretário
26 executivo do COALIAR, do Instituto Água e Terra; CHRISTINE DA FONSECA
27 XAVIER, do Instituto Água e Terra, AGENOR ZARPELON, da Associação Brasileira
28 de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES-PR; IBSON MARTINS CAMPOS, do
29 Município de Curitiba (Drenagem e Resíduos Sólidos); NICOLAS LOPARDO e
30 KATIA C. NAKANDAKARE, representando o membro PEDRO LUÍS PRADO
31 FRANCO, da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar; e dos convidados,
32 MICHEL RIBAS GALVÃO, Presidente do COALIAR; TIAGO MARTINS BACOVIS, do
33 Instituto Água e Terra; FERNANDA NAGAL, do Instituto Água e Terra; JULIA
34 BIANEK, do Instituto Água e Terra; ANA CAROLINA GIORDANI, da Prefeitura
35 Municipal de Piraquara; MAURICY KAWANO, da Federação das Indústrias do
36 Estado do Paraná – FIEP; CÍCERO ALESSANDRO GUERIOS, da empresa
37 BERNECK; LORENA DAL POZZO, da empresa PERÓXIDOS DO BRASIL;
38 LEONÉIA LIMA, da empresa INGERSOLL RAND; EDICLÉIA R. PASQUAL, da
39 empresa IMCOPA; SOLANGE CUNHA, da empresa MONDELEZ; FABIANE R. DE
40 F. C. DA SILVA, da empresa LANDIS GYR EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA.;
41 JOCELIA DO ROCIO GRABARSKI, da empresa LA VIOLETERA LTDA. Após a
42 verificação do quórum, a Sra. INGRID ILLICH MÜLLER, da ABRH deu início à
43 reunião. Procedendo-se ao **item 2 de pauta**, a Sra. Coordenadora requisitou a
44 dispensa da leitura da ata que foi previamente encaminhada aos membros. Os
45 representantes da SANEPAR NICOLAS LOPARDO E KÁTIA se abstiveram do voto.
46 Não havendo mais considerações, a ata foi aprovada. A Sra. INGRID ILLICH
47 MÜLLER, passou ao **item 3 de pauta**. O Sr. TIAGO BACOVIS apresentou os
48 relatórios resultantes dos dados de automonitoramento encaminhado pelas
49 empresas de cada microbacia crítica. O Sr. NICOLAS LOPARDO da SANEPAR
50 solicitou a opinião técnica do Instituto Água e Terra, para que fosse apontado um
51 cenário ideal e quais premissas deveriam ser adotadas para alcançá-lo. A Sra.
52 CHRISTINE DA FONSECA mencionou que o Instituto tem uma rede de
53 monitoramento da qualidade da água e que também realiza o levantamento de carga
54 poluidora. Relatou ainda, que algumas empresas foram vistoriadas em 2019, dentre
55 elas, a Mondelez, constatando-se que o efluente final não atendia aos padrões de
56 lançamento estabelecidos na outorga e licença. Na ocasião, a empresa
57 comprometeu-se a melhorar o tratamento e, os padrões de lançamento foram

58 posteriormente atendidos. A Sra. CHRISTINE ressaltou ainda, que os dados
59 apresentados pelas empresas em seu automonitoramento são divergentes dos
60 coletados pelo Instituto, manifestando a necessidade de padronização, tanto de
61 coleta quanto de análise para ter-se uma visão mais clara da situação da bacia. A
62 Sra. CHRISTINE reiterou ainda, que é uma época complicada para propor
63 mudanças no enquadramento devido a situação de crise hídrica a qual o Estado se
64 encontra, ressaltando que a proposição de um reenquadramento é um processo
65 complicado que requer dados robustos para a apresentação de propostas
66 pertinentes. A Sra. SOLANGE CUNHA reforça a importância na padronização de
67 uma metodologia e equalização das variáveis para uma análise crítica. O Sr.
68 BRUNO TONEL sugeriu, como encaminhamento, a realização de reuniões com as
69 empresas de cada bacia para que sejam consideradas as particularidades de cada
70 situação. O Sr. MICHEL GALVÃO complementou que a reunião, fruto do
71 encaminhamento, deveria contar com a participação das Prefeituras. O Sr. AGENOR
72 ZARPELON questionou se está sendo realizado ou foi proposto algum Termo de
73 Ajustamento de Conduta - TAC das empresas que não atenderam as condicionantes
74 da outorga. Em resposta, o Sr. BRUNO TONEL explicou que nesses casos são
75 estabelecidas metas progressivas para atendimento e que isso é realizado para não
76 obstruir o funcionamento do setor industrial. Ainda, reiterou que devido às
77 particularidades de cada área, seria interessante a realização de uma reunião das
78 indústrias com a equipe do Instituto Água e Terra para se estabelecer cronogramas
79 e tecnologias, visando atendimento, em médio e longo prazo, ao enquadramento. O
80 Sr. NICOLAS LOPARDO explicou que na época de elaboração do Plano de Bacias e
81 do Enquadramento, o Instituto das Águas do Paraná não tinha informações robustas
82 quanto ao cadastro de usuários dos recursos hídricos. Sendo assim, a proposta de
83 enquadramento tomou como base a carga de lançamento de esgotos domésticos e
84 que, a partir desta análise, definiu a contribuição industrial em 25% deste valor.
85 Foram então apontados os maiores polos industriais nos quais os corpos d'água
86 foram enquadrados em Classe 4. O Sr. BRUNO TONEL relatou que a base atual de
87 cadastro de usuários foi melhorada e que na próxima revisão teremos dados mais
88 representativos para refinar as condicionantes do estudo. A Sra. INGRID reiterou
89 que mesmo que a Classe do rio seja alterada, ainda assim, a qualidade dos
90 efluentes lançados terá de ser melhorada, e que em termos de DBO, a diferença
91 entre Classe 2 e Classe 3 não é expressiva. O Sr. NICOLAS LOPARDO sugeriu que
92 a Câmara Técnica encaminhe à Plenária, a proposição de estudos para Revisão do
93 Plano e enquadramento. A Sra. CHRISTINE XAVIER lembrou que existe uma
94 Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-PR que recomenda
95 aos Comitês classificar os rios nas classes: especial, 1, 2 e 3; extinguindo rios classe
96 4 no Estado do Paraná (Resolução nº 101 CERH/PR, de 19 de julho de 2017^{NDA}). O
97 Sr. BRUNO TONEL esclareceu que seria possível elaborar um encaminhamento da
98 CTINS ao Comitê, para acionar o Instituto Água e Terra acerca da preocupação em
99 torno das áreas críticas e industriais de maneira geral. A Sra. INGRID sugeriu que
100 fosse exposto à Plenária todas as dificuldades da reunião e elaborado um
101 documento formal encaminhado ao Instituto. O Sr. NICOLAS LOPARDO argumentou
102 que a revisão do enquadramento também se justificaria em casos como o do
103 Município de São Mateus do Sul, onde há previsão de instalação de uma ETE, no
104 entanto, os estudos da Sanepar apontam que a Vazão outorgável já se encontra
105 atualmente ultrapassada. Reiterou que atualmente a Bacia do Iguaçu é uma bacia
106 crítica e questionou acerca da necessidade de se rever os critérios de outorga além
107 do enquadramento. O Sr. CÍCERO GUERIOS informou que a empresa Berneck não
108 realiza captação no corpo hídrico Córrego Sem Nome **(Item 4 da pauta)** e que o
109 lançamento do efluente por parte da empresa melhora a qualidade do rio. Apontou
110 ainda, que fatores como a poluição difusa e lançamentos clandestinos devem ser
111 considerados na discussão e que a coleta de dados deve analisar a real situação
112 dos rios. Indicou que a solução para o caso não deve considerar apenas a redução
113 da produção ou as melhorias na tecnologia de tratamento, mas que a CTINS deveria
114 dar atenção aos pontos discutidos. A Sra. CHRISTINE ressaltou que seria

115 necessário se pensar em uma solução abrangente e que soluções pontuais não
116 colocarão o Comitê mais próximo de atingir o enquadramento. A Sra. LEONÉIA
117 LIMA, da empresa INGERSOLL RAND, questionou se nos últimos meses, devido a
118 situação de pandemia e crise hídrica, foram realizadas análises da qualidade da
119 água pelo Instituto. A Sra. CHRISTINE esclareceu que as análises foram reduzidas
120 devido a situação de pandemia, e que no caso apontado, por tratar-se de um rio de
121 cabeceira com vazão normalmente pequena, agora reduzida devido à estiagem, e o
122 fato de que a maioria das indústrias continua em operação, a melhora na qualidade
123 da água não mostra-se significativa a ponto de atingir o enquadramento. O Sr.
124 CÍCERO GUERIOS mencionou que quando a indústria Berneck foi instalada, o
125 corpo receptor de efluentes era Classe 4 e que a mudança para Classe 2 dificultou o
126 cumprimento das exigências relacionadas a lançamentos nessa Classe. Ressaltou
127 que é difícil haver uma adaptação para atender aos padrões estipulados, que não
128 gere redução na produção afetando, conseqüentemente, a geração de empregos.
129 Expos, ainda, que a solução para a situação deve ser balanceada, para não causar
130 severos danos ao setor industrial. O Sr. MICHEL GALVÃO esclareceu que a
131 discussão entre poder público e indústrias ocorre justamente para que se construa a
132 melhor saída com validade para todos os órgãos. O Sr. CÍCERO GUERIOS reiterou
133 que a Berneck está junto ao poder público para que possam manter as atividades e
134 para que os critérios sejam atendidos. O Sr. TIAGO BACOVIS informou que o
135 Diretor Presidente do Instituto Água e Terra, solicitou a criação de um grupo de
136 trabalho para elaboração de uma normativa acerca do reuso de água no Estado do
137 Paraná. Informou que o GT conta com especialistas no assunto, contando com
138 representantes da FIEP, FAEP, Universidades, ABES e Técnicos do Instituto. Se
139 estendeu às indústrias, o convite para participar das discussões. Sobre a
140 implantação de técnicas de reuso, o SR. BRUNO TONEL apontou que apesar de
141 serem caras, poderiam ser a solução para problemas de vazão elevada e que em
142 longo prazo podem trazer uma série de benefícios ao setor industrial. O Sr. BRUNO
143 TONEL retomou a sugestão de encaminhamento e decidiu-se que serão realizadas
144 reuniões com representantes das Indústrias, Instituto Água e Terra e Comitê para
145 apresentação de propostas e tratativas para cada microbacia específica, sendo que
146 a convocação dessas reuniões dar-se-á por e-mail. A Sra. INGRID seguiu para o
147 próximo item da ata (**Item 5**). A Sra. KATIA da Sanepar explicou a manifestação da
148 SANEPAR informando que na época da elaboração do Plano das Bacias, a Sanepar
149 tinha propostas de ETEs que não foram contempladas no Plano por não terem
150 projeto e recursos definidos, mas que já estavam previstas. Observou que o Art. 5º
151 da resolução nº 04/2013 do Coalizar, deixa aberta a possibilidade de
152 reenquadramento para trechos que irão receber lançamentos de esgotos sanitários.
153 Apontou que no caso do Município de Rio Branco o projeto e recursos já estão
154 aprovados para a primeira etapa que atenderia 30% da população urbana. Informou
155 ainda que a Sanepar tem uma meta de atendimento de 60% nesse município até o
156 ano de 2040. A Sra. KATIA esclareceu que no atual enquadramento a vazão
157 outorgável seria de 15L/s, mas que a nova unidade é planejada para uma vazão de
158 20L/s. O pedido de análise para alteração da Classe do rio receptor dá-se para
159 atender a implantação inicial e futuras etapas de expansão para atendimento de
160 toda a população. A Sra. CHRISTINE colocou que, mesmo o trecho fosse
161 reenquadrado como Classe 3, a Sanepar teria dificuldades para atender aos
162 parâmetros da Classe e que a melhoria no tratamento seria ainda necessária.
163 Reiterou ainda, que a Resolução menciona a possibilidade de reenquadramento ou
164 adoção de metas progressivas. O Sr. TIAGO BACOVIS demonstrou preocupação
165 com a recorrente solicitação de prorrogação de prazos para atendimento das metas
166 progressivas por parte da Sanepar em outros casos e esclarece que no caso do
167 pedido em específico não seria possível estabelecer metas progressivas por tratar-
168 se de um pedido de outorga prévia. Por tratar-se de um assunto delicado, a Sra.
169 INGRID sugeriu a realização de uma reunião com o Comitê, a Sanepar e o Instituto
170 Água e Terra a fim de encontrar-se uma solução conjunta. Esclareceu ainda que a
171 CTINS não tem poder de deliberar uma revisão de plano e enquadramento e que

172 esse assunto tem que ser discutido em plenária. O Sr. BRUNO TONEL
173 complementou que a reunião deveria abordar também a possibilidade de melhoria
174 de tecnologia no projeto e que a Sanepar deveria trazer mais alternativas para esse
175 primeiro projeto. A Sra. KATIA da Sanepar concordou com a realização da reunião e
176 afirmou que irão propor metas para viabilizar a implantação do sistema. O Sr.
177 NICOLAS LOPARDO questionou se existe a possibilidade de usuários de recursos
178 hídricos, que tenham interesse em reavaliar área específica, contratarem os estudos
179 que embasem tecnicamente nova proposição de reenquadramento de trecho de
180 corpo hídrico. Ressaltou que esta seria uma medida relativamente rápida e robusta
181 de se avaliar a área de interesse. O Sr. BRUNO TONEL sugeriu que se encaminhe
182 uma solicitação de esclarecimento jurídico para verificar se tal processo seria
183 amparado legalmente. Complementou que tal encaminhamento poderia sair da
184 CTINS, visando consulta à Assessoria Jurídica do Instituto Água e Terra. O Sr.
185 PEDRO FRANCO da Sanepar, destacou a importância da coleta e tratamento de
186 esgoto principalmente em municípios onde o mesmo é incipiente. Reforçou a
187 importância da tomada de decisão do Comitê, visto que é decisiva para a viabilidade
188 e implantação do empreendimento e que a impossibilidade da emissão da outorga
189 acarretaria prejuízo à população do município, além da perda de recursos
190 angariados. Destacou ainda, a importância do empreendimento, o Sr. PEDRO
191 FRANCO pediu celeridade neste encaminhamento específico. A Sra. INGRID pediu
192 ao Sr. BRUNO TONEL explicar o **(Item 6 da pauta)**. O secretário executivo do
193 COALIAR, BRUNO TONEL OTSUKA esclareceu que devido ao horário adiantado da
194 reunião, a ferramenta de acompanhamento do Plano seria apresentada em uma
195 próxima reunião da Câmara Técnica ou na próxima plenária e que consistia no
196 controle e mensuração das metas de atendimento ao enquadramento e efetivação
197 do Plano de Bacia. Não havendo mais assuntos a serem tratados, às 12h00min, a
198 coordenadora da CTNS, INGRID ILLICH MÜLLER, agradeceu a presença de todos e
199 deu por encerrada a reunião **(item 7 da pauta)**, da qual eu BRUNO TONEL
200 OTSUKA, Secretário Executivo do COALIAR, lavrei a presente ata, em Curitiba, aos
201 dozedias de maio de 2020.

202

203 **Ingrid Illich Müller**

204 Coordenadora da Câmara Técnica de Instrumento de Gestão - CTINS

205

206 **Bruno Tonel Otsuka**

207 Secretário Executivo do Comitê da Bacia do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira –
208 COALIAR